

Quinta-feira, 15 de fevereiro de 1990 — GAZETA

Economia - Brasil

Poderemos iniciar o percurso para a modernidade social

José Otávio de Meira Lins

O País inicia sua entrada na década dos 90. E, se Deus quiser, e o voto ajudar, poderemos iniciar o desejado percurso para a modernidade econômica e social.

A modernidade, na esfera da economia, pressupõe a diminuição da presença do Estado, como agente de produção, e sua fixação como mediador social. Significa dizer que o espaço de mercado deve ser ocupado pela empresa privada e que ao Estado compete, de um lado, prestar os serviços básicos de consumo coletivo, como educação, saúde, saneamento, abastecimento d'água, segurança. E, de outro lado, atuar normativamente na mediação dos conflitos, visando, sobretudo, promover a correção das desigualdades.

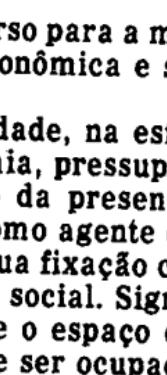
Este é o moderno figurino produtivo, que se tem ajustado com estabilidade e eficácia nos países mais avançados da Europa e também nos Estados Unidos e no Japão. Certamente é por bons motivos que a União Soviética, apoiada na liderança inovadora de Gorbachev, está procurando executar a "perestroika", que envolve a reestruturação da gestão pública naquele país, para introduzir gradualmente a noção de mercado e o conceito de lucro.

Aliás, é oportuno recordar que, no caso das democracias européias, verifica-se perfeita coexistência entre regimes social-democráticos ou socialistas, no domínio político, e as economias de mercado, no domínio produtivo. E o que acontece na França, de Mitterrand, e na Espanha, de González. A gestão governamental naqueles países é suficientemente moderna e lúcida para compreender que, mesmo nos regimes políticos de esquerda, deve prevalecer o sistema de mercado. Pois a burocracia do Estado não é compatível com os padrões da requerida eficiência empresarial.

Por sua parte, a modernidade, na esfera social, implica a democratização do processo decisório público, a crescente participação das entidades públicas e privadas nos assuntos relacionados com a organização da sociedade e o ampliado debate com a representação do setor privado sobre o funcionamento da economia.

Modernidade social significa menos governo e mais mercado, menos regulamento e mais empreendimento, menos intervenção e mais apoio.

Nesta perspectiva, as associações representativas de categorias de produção passam a contar com elevadas possibilidades para intermediar as contribuições dos setores econômicos à formulação e execução das políticas públicas.



Com efeito, o papel desenvolvido pelas associações de categorias produtivas para organizar a sociedade e dinamizar o sistema econômico tem sido reconhecidamente relevante em outros países e também no Brasil.

Nos Estados Unidos, os fabricantes de computador, por seu poder de aglutinação, obtêm grande apoio do governo americano no esforço de colocação de seu produto nos mercados de outros países. Na Europa, os agricultores, por sua capacidade de pressão, conseguem valorizar a produção de cereais mediante política pública diferenciada, em face da vulnerabilidade climática do plantio. No Japão, foi conferida a grupos industriais a operação de portos, de modo que a iniciativa privada possa construir e administrar terminais privados.

No Brasil, a organização de segmentos econômicos apresenta uma história recente, mas testemunha um grau de maturidade importante, do qual decorrem conquistas expressivas. No caso da articulação setorial, destaca-se a indústria de construção naval, no Rio de Janeiro, que mantém base de participação no financiamento dos investimentos do setor. E, no caso da representação produtiva, o exemplo mais claro é o da FIESP, que, respaldada por mais de 80% da produção industrial brasileira, somente de anos para cá passou a ter maior presença institucional, mercê de um trabalho atuante de suas principais lideranças.

Estes fatos evidenciam o quanto é relevante para dinamizar a economia a capacidade de as entidades representativas atuarem institucionalmente. Isto é tanto mais verdadeiro quando se trata do turismo.

O turismo, como espaço econômico, é uma atividade que admite amplo desenvolvimento em nosso país, movimentando cerca de US\$ 500 bilhões, anuais, no mundo. E, como espaço institucional, o turismo é uma atividade que impõe a necessidade de continuado diálogo com os órgãos do governo e indispensável articulação com os segmentos da iniciativa privada que atuam nos ramos ligados ao turismo.

Este trabalho de ampliação da presença institucional do turismo na economia brasileira é imprescindível para fixá-lo adequadamente no âmbito das políticas públicas, dos planos de governo, da pauta dos investimentos. Esta é uma decisão oportuna, no atual cenário da economia nacional, porque o turismo representa um setor cujos investimentos são relativamente mais baixos e de retorno social mais rápido.

É preciso colocar o turismo na agenda da economia do País e esta é uma tarefa que depende, em grande parte, do trabalho de sua representação como categoria produtiva.

José Otávio de Meira Lins é presidente da ABIH — PE.